

CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA
E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

**O SERVIÇO DA AUTORIDADE
E A OBEDIÊNCIA**

Faciem tuam, Domine, requiram

Instrução

INTRODUÇÃO

« *Faze tua face brilhar, e seremos salvos!* »
(Sl 79,4)

A vida consagrada testemunha da busca de Deus

1. « *Faciem tuam, Domine, requiram* »: tua face, Senhor, eu busco (Sl 26,8). Peregrino em busca do sentido da vida e envolto no grande mistério que o circunda, o homem procura, de fato, ainda que frequentemente inconsciente, o rosto do Senhor. « Mostra-me, Senhor, os teus caminhos, ensina-me tuas veredas » (Sl 24,4): jamais poderá alguém tirar do coração da pessoa humana a busca d'Aquele de quem a Bíblia diz « Ele é tudo » (Eclo 43,27) nem a dos caminhos para encontrá-lo.

A vida consagrada, chamada a tornar visível na Igreja e no mundo os traços característicos de Jesus, virgem, pobre e obediente,¹ floresce no terreno desta busca do rosto do Senhor e dos caminhos que a Ele conduzem (cf. Jo 14,4-6). Uma busca que leva a experimentar a paz – « na sua vontade está a nossa paz »² – e que constitui a fadiga de cada dia, visto que Deus é Deus, e nem sempre os seus caminhos e os seus pensamentos são os nossos caminhos e os nossos pensamentos (cf. Is 55,8). A pessoa consagrada testemunha, pois, o compromisso alegre e, ao mesmo tempo, trabalhoso da busca assídua da vontade divina; por isso, escolhe utilizar todo meio disponível que a ajude a conhecê-la e a sustente em seu cumprimento.

Também a comunidade religiosa encontra aqui o seu significado, comunhão de pessoas consagradas que professam em buscar e cumprir juntas a vontade de Deus: comunidade de irmãos ou irmãs com funções diversas, mas com o mesmo objetivo e a mesma paixão. Por esta razão, enquanto *todos*, na comunidade, são chamados a buscar o que agrada a Deus e a obedecer-lhe, *alguns* são chamados a exercer, geralmente por um tempo determinado, a tarefa particular de ser sinal de unidade e guia na busca conjunta e no cumprimento pessoal e comunitário da vontade de Deus. Este é o serviço da autoridade.

Um caminho de libertação

2. A cultura das sociedades ocidentais, fortemente centrada no sujeito, tem contribuído para difundir o valor do respeito pela dignidade da pessoa

humana, favorecendo-lhe, de modo positivo, o desenvolvimento livre e a autonomia.

Tal reconhecimento constitui um dos traços mais significativos da modernidade e é um dado providencial que requer modalidades novas de conceber a autoridade e de se relacionar com ela. Não se deve esquecer, por outro lado, quando a liberdade tende a transformar-se em arbítrio e a autonomia da pessoa, em independência com respeito ao Criador e em relação com os outros, encontra-se esta então diante de figuras idolátricas, que não fazem crescer a liberdade, mas que escravizam.

Nestes casos, as pessoas que crêem no Deus de Abraão, de Isaac, de Jacó, no Deus de Jesus Cristo, não podem deixar de empreender um caminho de libertação pessoal de toda e qualquer sombra de culto idolátrico. Trata-se de um percurso que poderá encontrar uma estimulante figura na experiência do Êxodo: um caminho de libertação que, a partir da vigência de um difuso modo de pensar, conduz à liberdade da adesão ao Senhor e que, do nivelamento por critérios de valores unilaterais, leva à busca de itinerários que introduzem na comunhão com o Deus vivo e verdadeiro.

A viagem do Êxodo é guiada pela nuvem luminosa e escura do Espírito de Deus e, embora pareça perder-se às vezes em rumos sem sentido, tem por destino a intimidade beatificante do coração de Deus: « Eu vos levei sobre asas de águia e vos trouxe a mim » (*Ex* 19, 4). Um grupo de escravos é libertado para tornar-se povo santo, que conhece a alegria do livre serviço a Deus. Os acontecimentos do Êxodo são um paradigma que acompanha toda a história bíblica e se coloca como antecipação profética da própria vida terrena de Jesus, Aquele que, por sua vez, liberta da escravidão através da obediência à vontade providente do Pai

Destinatários, objetivo e limites do documento

3. A Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, durante a sua última Plenária, ocorrida entre os dias 28 e 30 de setembro de 2005, dirigiu a sua atenção ao tema do exercício da autoridade e da obediência na vida consagrada. Reconheceu-se que este assunto exige um esforço particular de reflexão, sobretudo por causa das transformações que se têm verificado no interior dos Institutos e das comunidades nos últimos anos e ainda, à luz de tudo aquilo que os mais recentes documentos do Magistério propuseram acerca da renovação da vida consagrada.

A presente Instrução, fruto do que veio à luz na mencionada Plenária e na reflexão sucessiva deste Dicastério, dirige-se aos membros dos Institutos de vida consagrada que praticam a vida fraterna em comunidade, ou seja, a todos homens ou mulheres que pertencem aos Institutos religiosos, aos quais se avizinham os membros das Sociedades de vida apostólica. Todavia as outras pessoas consagradas, de acordo com seu gênero de vida, podem também tirar dela indicações úteis. A todos esses, chamados a testemunhar o primado de Deus através da obediência livre à sua santa vontade, este documento pretende oferecer ajuda e encorajamento para

viverem com alegria o seu sim ao Senhor.

Ao se abordar o tema desta Instrução, tem-se plena consciência de que são muitas as suas implicações e de que, no vasto mundo da vida consagrada, existe hoje não apenas uma grande variedade de projetos carismáticos e compromissos missionários, como também certa diversidade de modelos de governo e de práticas de obediência, diversidade esta influenciada amiúde pelos vários contextos culturais.³ Além disso, também deveriam ser consideradas as diferenças que caracterizam as comunidades femininas e as comunidades masculinas, no que se refere ao aspecto psicológico. É de considerar ainda as novas problemáticas que as numerosas formas de colaboração missionária, particularmente com leigos, apresentam ao exercício da autoridade. Até mesmo o diferente peso atribuído à autoridade local ou à autoridade central, nos diversos Institutos religiosos, determina modalidades não uniformes de se praticarem a autoridade e a obediência. Não se há de esquecer, enfim, que a tradição da vida consagrada costuma ver na figura “sinodal” do Capítulo geral (ou de análogas reuniões) a autoridade suprema do Instituto,⁴ à qual todos os membros, a começar dos superiores, devem referir-se.

Acrescente-se a tudo isso a constatação de que, nestes anos, o modo de sentir e viver a autoridade e a obediência tem mudado tanto na Igreja como na sociedade. Isso se deve, entre outras coisas: à tomada de consciência acerca do *valor de cada pessoa*, dotada de vocação e enriquecida com dons intelectuais, afetivos e espirituais, com a sua liberdade e capacidade relacional; à centralidade da *espiritualidade de comunhão*,⁵ com a valorização dos instrumentos que ajudam a vivê-la; a um modo diferente e menos individualista de se conceber a missão, na *partilha* com todos os membros do povo de Deus e as conseguintes formas de colaboração concreta.

Considerando, todavia, alguns elementos relacionados à presente influência cultural, lembre-se que o desejo da *auto-realização* pode entrar às vezes em conflito com os *projetos comunitários*; a busca do *bem-estar pessoal*, seja espiritual, seja material, pode tornar difícil a dedicação total à missão comum; as *visões por demais subjetivas* do carisma e do serviço apostólico podem debilitar a colaboração e a partilha fraterna.

Mas não é de excluir que, em certos ambientes, prevalecem problemas opostos, determinados por uma visão igualmente desequilibrada das relações, com tendência para a coletividade e para uma uniformidade excessiva, com o risco de mortificar o crescimento e a responsabilidade de cada um. O equilíbrio entre sujeito e comunidade e, portanto, entre autoridade e obediência, não é muito fácil.

A presente Instrução não pretende entrar no mérito de todas as problemáticas suscitadas pelos vários elementos e das diversas sensibilidades aqui evocadas. Tudo isto permanece, por assim dizer, como pano de fundo das reflexões e indicações que se propõem. O objetivo principal desta Instrução é o de reafirmar que a obediência e a autoridade, ainda que praticadas de diferentes maneiras, sempre possuem uma relação peculiar com o Senhor Jesus, Servo obediente. Propõe-se, outrossim,

ajudar a autoridade no seu triplo serviço: a cada pessoa chamada a viver a própria consagração (*primeira parte*); a construir comunidades fraternas (*segunda parte*); a participar da missão comum (*terceira parte*).

As considerações e indicações que seguem põem-se em continuidade com os documentos que têm acompanhado o caminho da vida consagrada ao longo destes anos não fáceis, nomeadamente as Instruções *Potissimum institutioni* de 1990,⁶ *A vida fraterna em comunidade*⁷ de 1994, a Exortação apostólica pós-sinodal *Vita consecrata*⁸ de 1996, e a Instrução *Partir de Cristo*⁹ de 2002.

PRIMEIRA PARTE

CONSAGRAÇÃO E BUSCA DA VONTADE DE DEUS

« Para que, livres, possamos servi-lo em santidade e justiça »
(cf. Lc 1,74-75)

A quem buscamos?

4. Os primeiros discípulos que, talvez ainda duvidosos e incertos, se colocam no seguimento de um novo *Rabbi*, o Senhor disse-lhes: « Que procurais? » (*Jo* 1,38). Nesta interrogação, podemos ler outros questionamentos radicais: o que procura o teu coração? Por que te agitas? Buscas-te a ti mesmo ou buscas o Senhor teu Deus? Segues os teus próprios desejos ou o desejo d'Aquele que criou o teu coração e o quer levar à realização, como Ele mesmo bem sabe e conhece? Corres atrás de coisas fugazes ou procuras Aquele que não passa? « Nesta terra de desigualdade, de que coisa nos devemos ocupar, Senhor Deus? Do nascer ao pôr-do-sol, vejo homens arrastados pelos furações deste mundo: alguns buscam riquezas, outros, privilégios, outros ainda, as satisfações da popularidade », observava são Bernardo.¹⁰

« É tua face, Senhor, eu busco » (*Sl* 26,8) é a resposta da pessoa que compreendeu a unicidade e a infinita grandeza do mistério de Deus, bem como a soberania da Sua santa vontade; mas é também a resposta, embora implícita e confusa, de toda criatura humana em busca de verdade e felicidade. *Quaerere Deum* sempre foi o programa de toda e qualquer existência sequiosa de absoluto e de eterno. Muitos têm hoje a tendência de considerar mortificante qualquer forma de dependência; entretanto, ao próprio estatuto das criaturas pertence o fato de serem elas dependentes de Outro e também, enquanto seres em relação, dependentes dos outros.

Quem crê procura o Deus vivo e verdadeiro, o Princípio e o Fim de todas as coisas, não o Deus feito à própria imagem e semelhança, mas o Deus que nos fez à sua imagem e semelhança, o Deus que manifesta a sua vontade, que indica os caminhos para alcançá-lo: « O caminho da vida me indicarás, alegria plena à tua direita, para sempre » (*Sl* 15,11).

Procurar a vontade de Deus significa procurar uma vontade amiga,

benévola, que quer a nossa realização, que deseja, sobretudo, a resposta livre do amor ao Seu amor, para fazer de nós instrumentos do amor divino. Nesta *via amoris* é que desabrocha a flor da escuta e da obediência.

A obediência como escuta

5. « Escuta, filho » (*Pr 1,8*). A obediência é, antes de tudo, uma atitude filial. É aquele tipo particular de escuta que só mesmo o filho pode prestar ao pai, por está iluminado pela certeza de que o pai só pode ter coisas boas a dizer e a dar ao filho; uma escuta embebida naquela confiança que permite ao filho acolher a vontade do pai, certo de que esta será para o bem.

Isto é imensamente mais verdadeiro em relação a Deus. Com efeito, nós atingimos a nossa plenitude somente na medida em que nos inserimos no desígnio com que Ele nos concebeu em seu amor de Pai. A obediência é, portanto, o único caminho de que dispõe a pessoa humana – ser inteligente e livre – para realizar-se plenamente. Quando diz “não” a Deus a pessoa humana compromete o projeto divino e diminui-se a si mesma, destinando-se ao fracasso.

A obediência a Deus é caminho de crescimento e, por isso mesmo, de liberdade da pessoa, uma vez que permite acolher um projeto ou uma vontade diferente da própria que não só não mortifica ou diminui, mas que funda os alicerces da dignidade humana. Ao mesmo tempo, a liberdade é, em si, um caminho de obediência, pois é obedecendo como filho ao plano do Pai que a pessoa que crê realiza o seu ser livre. É claro que, uma tal obediência exige de reconhecer-se como filho e de alegrar-se em ser filho, posto que somente um filho e uma filha podem entregar-se livremente nas mãos do Pai, exatamente como o Filho Jesus, que se abandonou nas mãos do Pai. E se, durante a sua paixão, entregou-se também a Judas, aos sumos-sacerdotes, aos seus flageladores, à multidão hostil e aos que o crucificaram, Ele só o fez porque estava absolutamente certo de que tudo encontrava um significado na fidelidade total ao desígnio de salvação querido pelo Pai, a quem – como recorda são Bernardo – « não foi a morte que agradou, mas sim a vontade d'Aquele que, espontaneamente, morria ».¹¹

« Ouve, Israel » (*Dt 6,4*)

6. Filho, para o Senhor Deus, é Israel, o povo que Ele escolheu para si, que gerou, que fez crescer, sustentando-o com sua mão, que trouxe até junto a seu rosto, que ensinou a caminhar (cf. *Os 11,1-4*), a quem – com suprema expressão de afeto – dirigiu, a seguir, a sua Palavra, embora este povo nem sempre a tenha escutado, mas a tenha vivido como um peso, como uma “lei”. Todo o Antigo Testamento é um convite à escuta, uma escuta que existe em função da aliança nova, quando, como diz o Senhor, « porei minhas leis em sua mente e as gravarei no seu coração; e serei o seu Deus, e eles serão o meu povo » (*Hb 8,10*; cf. *Jr 31,33*).

À escuta segue a obediência como resposta livre e libertadora do novo Israel à proposta do novo pacto; a obediência é parte da nova aliança,

aliás, é o seu distintivo característico. Por conseguinte, ela só pode ser compreendida completamente dentro da lógica do amor, da intimidade com Deus, da pertença definitiva Àquele que nos torna, finalmente livres.

A obediência à Palavra de Deus

7. A primeira obediência da criatura é a de vir à existência, em cumprimento ao *fiat* divino que a chama a ser. Tal obediência atinge plena expressão na criatura livre para reconhecer-se e aceitar-se como dom do Criador, para dizer “sim” ao próprio provir de Deus. Ela realiza, desta maneira, um primeiro e verdadeiro ato de liberdade, o qual é também o primeiro e fundamental ato da obediência.

A obediência própria da pessoa que crê, é, pois, a adesão à Palavra com a qual Deus se revela e se comunica a si mesmo e, através da qual, renova a cada dia a sua aliança de amor. Daquela Palavra brota a vida que continua sendo transmitida a cada dia. A pessoa de fé procura, por isso, a cada manhã, o contato vivo e constante com a Palavra que naquele dia é proclamada, meditando-a e guardando-a no coração como um tesouro, fazendo dela a raiz de cada ação e o primeiro critério de cada opção. Ao fim do dia, confronta-se com ela, louvando a Deus como Simeão por ter visto o cumprimento da Palavra eterna dentro das pequenas vicissitudes do próprio cotidiano (cf. *Lc* 2,27-32), e confiando à força da Palavra o que ainda permanece incompleto. De fato, a Palavra não trabalha apenas de dia, mas sempre, como ensina o Senhor na parábola da semente (cf. *Mc* 4,26-27).

A frequência cotidiana, amorosa à Palavra educa para descobrir os caminhos da vida e as modalidades pelas quais Deus quer libertar os seus filhos; alimenta o instinto espiritual para as coisas que agradam a Deus; transmite o sentido e o gosto pela sua vontade; dá a paz e a alegria de permanecer na fidelidade a Ele, tornando-nos sensíveis e dispostos para todas as expressões da obediência: ao Evangelho (*Rm* 10,16; *2 Ts* 1,8), à fé (*Rm* 1,5; 16,26), à verdade (*Gl* 5,7; *1 Pd* 1,22).

Não se deve esquecer, contudo, que a autêntica experiência de Deus é sempre experiência de alteridade. « Por grande que seja a semelhança verificada entre o Criador e a criatura, sempre maior é a diferença entre ambos ». ¹² Os místicos, e todos os que fizeram experiência da intimidade com Deus, recordam-nos que o contato com o Mistério soberano é sempre contato com o Outro, com uma vontade que, às vezes, é dramaticamente diferente da nossa. Obedecer a Deus significa, pois, entrar em “outra” ordem de valores, captar um sentido novo e diferente da realidade, experimentar uma liberdade impensável, chegar às portas do mistério: « Pois os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, e vossos caminhos não são os meus, oráculo do Senhor. Tanto quanto o céu acima da terra, assim estão os meus caminhos acima dos vossos, e meus pensamentos distantes dos vossos » (*Is* 55,8-9).

Pode-se incutir temor este ingresso no mundo de Deus, mas esta experiência, a exemplo dos santos, pode mostrar que aquilo que é impossível para o homem é possível para Deus, transforma-se em momento

característico para uma experiência autêntica do divino, experiência de obediência ao Mistério de um Deus que é, ao mesmo tempo, « *interior intimo meo* »¹³ e radicalmente outro.

No seguimento de Jesus, o Filho obediente ao Pai

8. Não estamos sozinhos neste caminho: somos guiados pelo exemplo de Cristo, o amado em quem o Pai pôs suas complacências (cf. *Mt* 3,17; 17,5), Aquele que nos libertou graças à sua obediência. Ele é quem inspira a nossa obediência, a fim de que se cumpra, também através de nós, o desígnio divino da salvação.

N'Ele, tudo é escuta e acolhimento do Pai (cf. *Jo* 8,28-29), toda a sua vida terrena é expressão e continuação daquilo que faz o Verbo desde a eternidade: deixar-se amar pelo Pai, acolher incondicionalmente o seu amor, até chegar ao ponto de nada fazer por si mesmo (cf. *Jo* 8,28), mas cumprir sempre o que agrada ao Pai. A vontade do Pai é o alimento que sustenta Jesus na sua obra (cf. *Jo* 4,34) e que rende a Ele e a nós a superabundância da ressurreição, a alegria luminosa de entrar no coração de Deus, na fileira beata dos seus filhos (cf. *Jo* 1,12). Por esta obediência de Jesus é que « todos se tornarão justos » (*Rm* 5,19).

Ele viveu também quando essa lha lhe apresentou um cálice difícil de beber (cf. *Mt* 26,39.42; *Lc* 22,42), e se fez « obediente até à morte e morte de cruz » (*Fil* 2,8). É o aspecto dramático da obediência do Filho, envolta num mistério em que jamais poderemos penetrar totalmente, mas que é, para nós, de grande relevância por revelar-nos ainda mais a natureza *filial* da obediência cristã: somente o Filho, que se sente amado pelo Pai e o ama, por sua vez, com todo o seu ser, pode chegar a este tipo de obediência radical.

O cristão define-se, a exemplo de Cristo, como um ser obediente. A primazia indiscutível do amor na vida cristã não pode fazer esquecer que tal amor adquiriu um rosto e um nome em Cristo Jesus e se fez Obediência. A obediência, portanto, não é humilhação, mas verdade sobre a qual se constrói e realiza a plenitude do homem. Quem crê, por isso mesmo, deseja tão ardentemente cumprir a vontade do Pai que dela faz a sua suprema aspiração. Como Jesus, deseja viver desta vontade. À imitação de Cristo e d'Ele aprendendo, num gesto de suprema liberdade e confiança incondicional, a pessoa consagrada depôs sua vontade nas mãos do Pai, de modo a oferecer-lhe um sacrifício perfeito e agradável (cf. *Rm* 12,1).

Antes ainda de ser o modelo de cada obediência, Cristo é aquele ao qual se dirige cada verdadeira obediência cristã. De fato é o colocar em prática as suas palavras que se torna efetivo o discipulado (cf. *Mt* 7,24) e é observando os seus mandamentos que torna concreto o amor a Ele e chama para si o amor do Pai (cf. *Jo* 14,21). Ele está ao centro da comunidade religiosa como Aquele que serve (cf. *Lc* 22,27), mas também como Aquele ao qual se confessa a própria fé (« Credes em Deus e Crede também em mim »: *Jo* 14,1) e se doa a própria obediência, porque somente nesta se atua uma sequela segura e perseverante: « Na realidade é o

mesmo Senhor ressuscitado, novamente presente entre os irmãos e as irmãs reunidos no seu nome, que indica o caminho a percorrer ».¹⁴

Obedientes a Deus através de mediações humanas

9. Deus manifesta a sua vontade por meio da moção interior do Espírito, que « guia a toda a verdade » (cf. *Jo* 16,13), e através de múltiplas mediações exteriores. Com efeito, a história da salvação é uma história de mediações que tornam visível, de alguma maneira, o mistério de graça que Deus realiza no íntimo dos corações. Podem-se reconhecer igualmente, na vida de Jesus, não poucas mediações humanas, através das quais Ele percebeu, interpretou e acolheu a vontade do Pai, como razão de ser e como alimento permanente da sua vida e da sua missão.

As mediações que comunicam exteriormente a vontade de Deus hão de ser reconhecidas nas vicissitudes da vida e nas exigências próprias da vocação específica; mas se exprimem também nas leis que regulam a vida social e nas disposições daqueles que foram chamados a guiá-la. No contexto eclesial, leis e disposições, legitimamente dadas, permitem reconhecer a vontade de Deus, tornando-se atuação concreta e “ordenada” das exigências evangélicas, a partir das quais devem ser formuladas e percebidas.

As pessoas consagradas, além disso, são chamadas ao seguimento de Cristo obediente num “projeto evangélico” ou carismático, suscitado pelo Espírito e autenticado pela Igreja. Ao aprovar um projeto carismático, isto é, um Instituto religioso, a Igreja garante que as inspirações que o animam e as normas que o regem podem dar lugar a um itinerário de busca de Deus e de santidade. Até mesmo a Regra e outras indicações de vida tornam-se, pois, mediações da vontade do Senhor: mediação humana, porém sempre autorizada, imperfeita mas vinculante ao mesmo tempo, ponto a partir do qual começar a cada dia, e também perspectiva a superar, num impulso generoso e criativo em direção àquela santidade que Deus “quer” para cada consagrado. Neste caminho, a autoridade é investida da tarefa pastoral de guiar e de decidir.

É evidente que tudo isso só será coerente e frutuosamente vivido se permanecerem vivos o desejo de conhecer e de fazer a vontade de Deus, além da consciência da própria fragilidade, bem como a aceitação da validade das mediações específicas, mesmo quando não se chegarem a captar plenamente as razões que elas apresentam.

As intuições espirituais dos fundadores e das fundadoras, sobretudo daqueles que principalmente têm marcado o caminho da vida religiosa durante os séculos, têm sempre dado grande ressaltado à obediência. São Bento já no início da sua Regra se dirige ao monge dizendo-lhe: « A você (...) se dirige agora a minha palavra; a você que, renunciando à própria vontade para militar por Cristo Senhor, verdadeiro rei, toma sobre si as fortíssimas e gloriosas armas da obediência ».¹⁵

Deve-se, ainda, recordar que a relação autoridade-obediência coloca-se no contexto mais amplo do mistério da Igreja e constitui uma atuação

particular da sua função mediadora. A este respeito, o Código de Direito Canônico recomenda aos superiores que exerçam « em espírito de serviço o poder, recebido de Deus pelo ministério da Igreja ». ¹⁶

Aprender a obediência no cotidiano

10. Pode acontecer, portanto, que a pessoa consagrada tenha de “aprender a obediência” também a partir do sofrimento, ou pelo menos de certas situações particulares e difíceis: quando lhe é pedido, por exemplo, que deixe alguns projetos e idéias pessoais, que renuncie à pretensão de administrar sozinha a vida e a missão; ou todas as vezes em que o que é pedido (ou quem o pede) revela-se humanamente pouco convincente. Quem se encontra em tais situações não esqueça, então, que a mediação é, por sua mesma natureza, limitada e inferior àquela realidade à qual remete, e tanto mais o é em se tratando da mediação humana em relação à vontade divina; mas lembre-se igualmente, toda vez em que se defrontar com uma ordem legitimamente emanada, de que o Senhor pede que obedeça à autoridade que o representa naquele momento ¹⁷ e que Cristo também « aprendeu a obediência por aquilo que sofreu » (*Hb* 5,8).

A propósito, é oportuno recordar as palavras de Paulo VI: « Deveis, pois, experimentar nalguma medida o peso que atraía o Senhor para a cruz, esse “batismo em que devia ser batizado” e onde se acenderia aquele fogo que vos inflama a vós também (cf. *Lc* 12, 49-50); experimentar algo daquela “loucura” que São Paulo deseja a todos nós, porque só ela nos torna sábios (cf. *1Cor* 3,18-19). Que a cruz seja para vós, a prova do maior amor, como o foi para Cristo. Não existe, acaso, uma relação misteriosa entre a renúncia e a alegria, entre o sacrifício e a expansão do coração, entre a disciplina e a liberdade espiritual? ». ¹⁸

Precisamente nestes casos sofridos é que a pessoa consagrada aprende a obedecer ao Senhor (cf. *Sl* 118,71), a escutá-lo e a aderir somente a Ele, na espera, paciente e cheia de esperança, da sua Palavra reveladora (cf. *Sl* 118,81), na disponibilidade plena e generosa de cumprir a sua vontade e não a própria (cf. *Lc* 22,42).

Na luz e na força do Espírito

11. Adere-se, pois, ao Senhor quando se descobre a Sua presença nas mediações humanas, especialmente na Regra, nos superiores, na comunidade, ¹⁹ nos sinais dos tempos, na expectativa do povo, sobretudo dos pobres; quando se tem a coragem de lançar as redes na força « da sua palavra » (cf. *Lc* 5,5) e não de motivações humanas apenas; quando se escolhe obedecer não somente a Deus, mas inclusive aos homens, todavia, em qualquer caso, por Deus e não pelos homens. Escreve Santo Inácio de Loyola nas suas Constituições: « A verdadeira obediência não considera aquele a quem é prestada, mas sim aquele por quem se obedece; e se obedece só por nosso Criador e Senhor, é ao mesmo Senhor de todos que se obedece ». ²⁰

Se, nos momentos difíceis, quem foi chamado a obedecer pedirá com

insistência ao Pai o dom do Espírito (cf. *Lc 11,13*), Ele o dará, e o Espírito dará luz e força para que seja obediente e fará com que conheça a verdade e a verdade o tornará livre (cf. *Jo 8,32*).

O próprio Jesus, em sua humanidade, foi conduzido pela ação do Espírito Santo: concebido no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo, no início de sua missão, no batismo, recebe o Espírito que desce sobre Ele e o guia; ressuscitado, derrama o Espírito sobre seus discípulos a fim de que entrem em sua própria missão, anunciando a salvação e o perdão por Ele merecido. O Espírito que ungiu Jesus é o mesmo que pode fazer a nossa liberdade semelhante à de Jesus, perfeitamente conforme à vontade de Deus.²¹

É indispensável, portanto, que cada um se faça disponível ao Espírito, a começar pelos superiores, que precisamente do Espírito é que recebem a autoridade²² e, « dóceis à vontade de Deus », ²³ sob a sua guia a devem exercer.

Autoridade a serviço da obediência à vontade de Deus

12. Na vida consagrada, cada um tem que buscar com sinceridade a vontade do Pai pois, de outra forma, a própria razão de sua opção de vida se seria afetada; mas é igualmente importante levar adiante tal busca em companhia dos irmãos ou irmãs, já que é precisamente esta busca que une, que “constitui família unida a Cristo”.

A autoridade está a serviço desta busca, para que ela ocorra na sinceridade e na verdade. Na homilia de início do ministério petrino, Bento XVI afirmou significativamente: « O meu verdadeiro programa de governo é de não fazer a minha vontade, não perseguir as minhas idéias, mas pondo-me contudo à escuta, com a Igreja inteira, da palavra e da vontade do Senhor e deixar-me guiar por Ele, de forma que seja Ele mesmo quem guia a Igreja nesta hora da nossa história ». ²⁴ Reconheça-se, por outro lado, que a tarefa de ser guia de outros não é fácil, principalmente quando o sentido de autonomia pessoal é excessivo ou gerador de conflitos e competitivo em relação aos outros. É mister aguçar, da parte de todos, o olhar da fé diante desta tarefa, a qual deve ser inspirada na atitude de Jesus, servo que lava os pés de seus apóstolos para que estes tenham parte em sua vida e em seu amor (cf *Jo 13,1-17*).

Exige-se uma grande coerência da parte de quem guia os Institutos, as províncias (ou outras circunscrições do Instituto) e as comunidades. A pessoa chamada a exercer a autoridade deve saber que somente o poderá fazer se ela mesma, em primeiro lugar, empreender aquela peregrinação que leva a buscar, com intensidade e retidão, a vontade de Deus. Vale para ela o conselho que dava santo Inácio de Antioquia a um confrade seu no episcopado: « Nada se faça sem o teu consentimento, mas tu nada faças sem o consentimento de Deus ». ²⁵ A autoridade há de agir em modo tal que os irmãos ou as irmãs possam perceber que ela, quando ordena, o faz unicamente para obedecer a Deus.

A veneração pela vontade de Deus mantém a autoridade num estado de humilde busca, a fim de fazer com que o seu agir seja o mais conforme possível àquela santa vontade. Santo Agostinho recorda que quem obedece cumpre sempre a vontade de Deus, não porque a ordem da autoridade esteja necessariamente em conformidade com a vontade divina, mas porque é vontade de Deus que se obedeça a quem preside.²⁶ A autoridade, porém, por sua vez, deve procurar assiduamente, com o auxílio da oração, da reflexão e do conselho de outros, aquilo que Deus verdadeiramente quer. Do contrário, o superior ou a superiora, em vez de representar a Deus, correm o risco de pôr-se temerariamente no seu lugar.

No intento de fazer a vontade de Deus, autoridade e obediência não são, portanto, duas realidades diferentes nem, muito menos, contrapostas, mas duas dimensões da mesma realidade evangélica, do mesmo mistério cristão, dois modos complementares de participar da mesma oblação de Cristo. Autoridade e obediência acham-se personificadas em Jesus: por isso, devem ser entendidas em relação direta com Ele e em configuração real com Ele. A vida consagrada tem como objetivo viver simplesmente a *sua* Autoridade e a *sua* Obediência.

Algumas prioridades no serviço da autoridade

13. a) *Na vida consagrada, a autoridade é, antes de tudo, uma autoridade espiritual.*²⁷ Ela sabe que foi chamada a servir um ideal que a supera imensamente, um ideal do qual é possível aproximar-se somente num clima de oração e de humilde busca, que permitirá captar a ação do mesmo Espírito no coração de cada irmão ou irmã. Uma autoridade é “espiritual” quando se põe a serviço do que o Espírito quer realizar através dos dons que Ele distribui a cada membro da fraternidade, dentro do projeto carismático do Instituto.

Para estar em condições de promover a vida espiritual, a autoridade deverá, em primeiro lugar, cultivá-la em si mesma, por meio de uma familiaridade, orante e quotidiana, com a Palavra de Deus, com a Regra e as outras normas de vida, em atitude de disponibilidade para a escuta dos outros e dos sinais dos tempos. « O serviço de autoridade exige uma presença constante, capaz de animar e de propor, de recordar as razões de ser da vida consagrada, de ajudar as pessoas a corresponder com uma fidelidade sempre renovada ao chamamento do Espírito ».²⁸

b) *A autoridade é chamada a garantir à sua comunidade o tempo e a qualidade da oração*, velando pela fidelidade cotidiana da mesma, com a consciência de que a Deus se vai com passos pequenos, mas constantes, de cada dia e de cada um, e de que as pessoas consagradas podem ser úteis aos demais na medida em que estiverem unidas a Deus. É chamada, além disso, a vigiar para que, a começar por sua pessoa, não se arrefeça o contato diário com a Palavra que « tem poder para edificar » (At 20, 32) cada uma das pessoas e a comunidade, e para indicar os caminhos da missão. Lembrando-se do mandato do Senhor « fazei isto em memória de mim » (Lc 22,19), procurará que o santo mistério do Corpo e do Sangue de Cristo seja celebrado e venerado como “fonte e cume”²⁹ da comunhão

com Deus e entre os irmãos e irmãs. Celebrando e adorando o dom da Eucaristia em fiel obediência ao Senhor, a comunidade religiosa alcança inspiração e forças para a sua dedicação total a Deus, para ser sinal do seu amor gratuito para com a humanidade e reenviando eficácia aos bens futuros.³⁰

c) *A autoridade é chamada a promover a dignidade da pessoa*, prestando atenção a cada membro da comunidade e ao seu caminho de crescimento, fazendo dom a cada um da própria estima e da própria consideração positiva, nutrindo um sincero afeto por todos e guardando com discrição as confidências recebidas.

É oportuno recordar que, antes de se invocar a obediência (necessária), se há de praticar a caridade (indispensável). É bom que se faça, além do mais, um uso apropriado da palavra *comunhão*, a qual não pode nem deve ser entendida como uma espécie de delegação da autoridade à comunidade (com o convite implícito a que cada um “faça o que quiser”), nem sequer como uma imposição mais ou menos velada do próprio ponto de vista (cada um “faça o que eu quiser”).

d) *A autoridade é chamada a infundir coragem e esperança nas dificuldades*. Como Paulo e Barnabé encorajavam seus discípulos ao ensinar-lhes que « é necessário passar por muitos sofrimentos para entrar no Reino de Deus » (At 14,22), assim a autoridade deve ajudar a acolher as dificuldades do momento presente, recordando que elas fazem parte dos sofrimentos com que amiúde se cobre o caminho que conduz ao Reino.

Em presença de algumas situações difíceis da vida consagrada, por exemplo onde a sua presença parece debilitar-se e até extinguir-se, quem guia a comunidade recordará o valor perene deste gênero de vida, porquanto, hoje como ontem e como sempre, nada é mais importante, belo e verdadeiro que gastar a própria vida pelo Senhor e pelos mais pequeninos dentre seus filhos.

A guia comunitária é como o bom pastor que dedica a vida pelas ovelhas e também que não volta atrás nos momentos críticos, mas se faz presente, participa das preocupações e das dificuldades das pessoas confiadas a seus cuidados, deixando-se envolver pessoalmente. E, como o bom samaritano, estará pronta para curar as eventuais feridas. Reconhece, igualmente, humildemente os próprios limites e a necessidade que tem do auxílio de outros, sabendo entesourar até mesmo a experiência dos próprios insucessos e das próprias derrotas.

e) *A autoridade é chamada a manter vivo o carisma da própria família religiosa*. O exercício da autoridade comporta, assim mesmo, pôr-se a serviço do carisma próprio do Instituto a que se pertence, guardando-o com cuidado e tornando-o atual na comunidade local, na província ou no Instituto inteiro, de acordo com os projetos ou as orientações oferecidas, em particular, nos Capítulos gerais (ou reuniões análogas).³¹ Isso exige, na autoridade, um conhecimento adequado do carisma do Instituto, assumindo-o, antes de tudo, na própria experiência pessoal, para interpretá-lo depois em função da vida fraterna comunitária e da sua

inserção no contexto eclesial e social.

f) *A autoridade é chamada a manter vivo o “sentire cum Ecclesia”.*

Compromisso da autoridade é também o de ajudar a manter vivo o sentido da fé e da comunhão eclesial, em meio a um povo que reconhece e louva as maravilhas de Deus, testemunhando a alegria de pertencer a Ele na grande família da Igreja una, santa, católica e apostólica. O compromisso do seguimento do Senhor não pode ser empreendimento por navegadores solitários, mas se realiza na comum barca de Pedro, que resiste às tempestades; e a pessoa consagrada dará a contribuição de uma fidelidade laboriosa e gozosa à boa navegação.³² A autoridade deverá recordar que « a nossa obediência é um crer com a Igreja, um pensar e falar com a Igreja, um servir com ela. Faz parte disto sempre também o que Jesus predisse a Pedro: “Serás levado onde não queres”. Este deixar-se guiar para onde não queremos é uma dimensão fundamental do nosso servir, e é precisamente o que nos torna livres ». ³³

O *sentire cum Ecclesia*, que brilha nos fundadores e fundadoras, implica uma autêntica espiritualidade de comunhão, isto é, « uma relação efetiva e afetiva com os Pastores, antes de mais nada com o Papa, centro da unidade da Igreja »: ³⁴ a ele cada pessoa consagrada deve plena confiança e obediência, também em força do mesmo voto.³⁵ A comunhão eclesial demanda, além disso, uma adesão fiel ao magistério do Papa e dos Bispos, como testemunhas concretas do amor à Igreja e paixão pela sua unidade.³⁶

g) *A autoridade é chamada a acompanhar o caminho de formação*

permanente. Uma tarefa a considerar-se hoje sempre mais importante, da parte da autoridade, é a de acompanhar, ao longo do caminho da vida, as pessoas a ela confiadas. Esta atribuição se cumpre não apenas mediante o oferecimento de ajuda para resolver eventuais problemas ou superar possíveis crises, mas também prestando atenção ao crescimento normal de cada um, em cada uma das fases e estações da existência, a fim de garantir aquela « juventude do espírito que permanece no tempo » ³⁷ e que torna a pessoa consagrada sempre mais conforme ao « mesmo sentimento de Cristo Jesus » (*Fl 2,5*).

Será responsabilidade da autoridade, portanto, manter um nível alto de disponibilidade formativa em cada um, de capacidade de aprender com a vida, sobretudo da liberdade de deixar-se formar pelo outro e sentir-se responsável pelo caminho de crescimento de todos. Favorecendo a utilização daqueles instrumentos de crescimento comunitário transmitidos pela tradição e, hoje, sempre mais recomendados por quem possui experiência comprovada no campo da formação espiritual: partilha da Palavra, projeto pessoal e comunitário, discernimento comunitário, revisão de vida e correção fraterna.³⁸

O serviço da autoridade à luz da normativa eclesial

14. Nos parágrafos anteriores foi descrito o serviço da autoridade na vida consagrada em referência à busca da vontade do Pai e foram indicadas algumas prioridades.

Para que tais prioridades não sejam entendidas puramente como facultativas, é oportuno responder os caracteres peculiares do exercício da autoridade segundo o Código do Direito Canônico.³⁹ Nestes são traduzidas as normas e tratados evangelicos da autoridade exercida pelo superior religioso nos vários níveis.

a) *Obediência ao superior*. Pelo motivo da própria característica do *munus* da autoridade eclesial, o Código recorda ao superior religioso que ele é chamado antes de tudo a ser o primeiro obediente. Por força do ofício assumido, ele deve obediência à lei de Deus, da qual vem a sua autoridade e à qual deverá prestar contas em consciência, à lei da Igreja e ao Romano Pontefice, ao direito próprio do Instituto.

b) *Espírito de serviço*. Depois de ter reafirmado a origem carismática e a mediação eclesial da autoridade religiosa, se reforça que, como cada autoridade na Igreja, também a autoridade do superior religioso deve caracterizar pelo espírito de serviço, como exemplo de Cristo que « não veio para ser servido, mas para servir » (Mc 10,45).

Deste espírito de serviço, vem indicado alguns aspéctos em particular, dos quais a fiel observância fará com que os superiores, no exercício da própria função, sejam reconhecidos como « dóceis à vontade de Deus ».⁴⁰

Cada superior portanto é chamado a fazer reviver visivelmente, irmão entre os irmãos ou irmã entre as irmãs, o amor com que Deus ama os seus filhos, evitando, de um lado, todo comportamento de dominação e, do outro, toda forma de paternalismo o maternalismo.

Tudo isso se torna possível a partir da confiança na responsabilidade dos irmãos, « suscitando entre eles a livre obediência no respeito à pessoa humana », ⁴¹ e através do diálogo tendo presente que a adesão deve vir « em espírito de fé e de amor, para seguir Cristo obediente » ⁴² e não por outras motivações.

c) *Solicitude pastoral*. O Código indica a finalidade primária do exercício da autoridade religiosa que é aquela de « construir em Cristo uma comunidade fraterna na qual se busca Deus e o ama sobre todas as coisas ».⁴³ Portanto na comunidade religiosa a autoridade é essencialmente pastoral, uma vez que, pela própria natureza, está em função da construção da vida fraterna em comunidade, segundo a identidade eclesial própria da vida consagrada.⁴⁴

Os meios essenciais que o superior deve utilizar para conseguir tal finalidade devem ter como base a fé, em particular, a escuta da Palavra de Deus e a celebração da Liturgia.

Enfim, vem assinalados alguns âmbitos de particular solitação da parte dos superiores nas relações com os irmãos ou das irmãs: « providenciar de modo conveniente o quanto a eles pessoalmente ocorrem; visitem os doentes procurando-lhes com solícitude e atenção necessária, repreenda os inquietos, conforta-lhe os tímidos, seja paciente com todos ».⁴⁵

Em missão com a liberdade dos filhos de Deus

15. A missão volta-se hoje, não raramente, a pessoas preocupadas com a própria autonomia, zeloso da própria liberdade e temerosas de perder a independência.

A pessoa consagrada, mediante a sua existência, apresenta a possibilidade de um caminho diferente para a realização da própria vida, um caminho cuja meta é Deus, cuja luz é a sua Palavra e cuja guia é a sua vontade, onde se avança serenamente dada a certeza de se estar sustentado pelas mãos de um Pai acolhedor e providente, onde se tem a companhia de irmãos e irmãs, impulsionados pelo mesmo Espírito, que quer e sabe como saciar os desejos semeados pelo Pai no coração de cada um.

Esta é a primeira missão da pessoa consagrada: ela deve testemunhar a liberdade dos filhos de Deus, uma liberdade modelada sobre a de Cristo, homem livre para servir a Deus e aos irmãos; deve além disso dizer com o próprio ser que aquele Deus que formara a criatura humana do barro (cf. Gn 2,7.22) e a teceu no seio materno (cf. Sl 138,13), pode formar a sua vida, modelando-a sobre a de Cristo, homem novo e perfeitamente livre.

SEGUNDA PARTE

O SERVIÇO DA AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA NA VIDA FRATERNA

*« Um só é vosso mestre e todos vós sois irmãos »
(Mt 23,8)*

O mandamento novo

16. A todos os que buscam a Deus, junto ao mandamento « amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento », é dado o segundo mandamento « semelhante ao primeiro »: « amarás teu próximo como a ti mesmo » (Mt 22,37-39). E, o Senhor Jesus acrescenta: « Amai-vos uns aos outros como eu vos amei », porque, pela qualidade do vosso amor « conhecerão todos que sois os meus discípulos » (Jo 13,34-35). A construção de comunidades fraternas constitui um dos compromissos fundamentais da vida consagrada, a que os membros da comunidade são chamados a dedicar-se, movidos pelo mesmo amor que o Senhor derramou nos seus corações. A vida fraterna em comunidade é, com efeito, um elemento constitutivo da vida religiosa, sinal eloqüente dos efeitos humanizadores da presença do Reino de Deus.

Se é verdade que não existem comunidades significativas sem amor fraterno, é igualmente verdade que uma correta visão da obediência e da autoridade pode oferecer um auxílio válido para viver, no dia-a-dia, o mandamento do amor, sobretudo quando se trata de enfrentar problemas concernentes à relação entre pessoa e comunidade.

A autoridade a serviço da comunidade, a comunidade a serviço do Reino

17. « Todos aqueles que se deixam conduzir pelo Espírito de Deus são filhos de Deus » (Rm 8,14): somos, pois, irmãs e irmãos na medida em que Deus é o Pai que guia com seu Espírito a comunidade, de irmãos e irmãs, configurando-os a seu Filho.

A função da autoridade insere-se neste desígnio. Os superiores e as superiores, unidos às pessoas a eles confiadas, são chamados a edificar em Cristo uma comunidade fraterna, onde se busque a Deus, amando-o sobre todas as coisas, para realizar o seu plano redentor.⁴⁶ A autoridade está, portanto, a serviço da comunidade, como o Senhor Jesus, que lavou os pés de seus discípulos, para que, por sua vez, a comunidade esteja a serviço do Reino (cf. Jo 13,1-17). Exercer a autoridade em meio aos irmãos significa servi-los a exemplo d'Aquele que « deu a vida em resgate por muitos » (Mc 10,45), para que também eles dêem a vida.

Somente se o superior, por sua vez, viver na obediência a Cristo e na observância sincera da Regra, é que os membros da comunidade podem compreender que a obediência deles ao superior não só não contraria a liberdade dos filhos de Deus, mas a faz amadurecer na conformidade com Cristo, obediente ao Pai.⁴⁷

Dóceis ao Espírito que conduz à unidade

18. Um mesmo chamamento de Deus congregou na unidade os membros de uma comunidade ou de um Instituto (cf. Cl 3,15); uma única vontade de buscar a Deus continua a guiá-los. « De modo particular, a vida de comunidade é o sinal, para a Igreja e para a sociedade, daquele laço que provém de um chamado igual e da vontade comum de lhe obedecer, para além de qualquer diversidade de raça e de origem, de língua e de cultura. Contra o espírito de discórdia e de divisão, a autoridade e a obediência resplandecem como um sinal daquela única paternidade que vem de Deus, da fraternidade nascida do Espírito, da liberdade interior de quem se fia de Deus, não obstante os limites humanos daqueles que o representam ».⁴⁸

O Espírito torna cada um disponível para o Reino, mesmo na diferença de dons e funções (cf. 1 Cor 12,11). A obediência à sua ação unifica a comunidade no testemunho da sua presença, faz alegres os passos de todos (cf. Sl 36,23) e torna-se o fundamento da vida fraterna, na qual todos obedecem, mesmo com funções diversas. A busca da vontade de Deus e a disponibilidade para cumpri-la são o cimento espiritual que salva o grupo da fragmentação que poderia derivar das muitas subjetividades quando privadas de um princípio de unidade.

Para uma espiritualidade de comunhão e uma santidade comunitária

19. Uma concepção antropológica renovada evidenciou muito mais, nestes últimos anos, a importância da dimensão relacional do ser humano. Tal concepção encontra uma ampla confirmação na imagem de pessoa humana que emerge das Escrituras e, sem dúvida, tem influenciado igualmente no modo de conceber a relação dentro da comunidade religiosa, fazendo-a mais atenta ao valor da abertura ao outro e à fecundidade da relação com a diversidade, bem como no enriquecimento

que daí deriva para todos e cada um.

Esta antropologia relacional exerceu também uma influência, pelo menos indireta, conforme já se recordou, sobre a *espiritualidade de comunhão*, e contribuiu para a renovação do conceito de *missão*, entendida como compromisso compartilhado com todos os membros do povo de Deus, num espírito de colaboração e co-responsabilidade. A *espiritualidade de comunhão* revela-se como sendo o clima espiritual da Igreja no início do terceiro milênio e, portanto, como tarefa ativa e exemplar da vida consagrada em todos os seus níveis. É a via mestra de um futuro de vida de fé e de testemunho cristão. Ela encontra o seu irrenunciável referimento no mistério eucarístico, sempre reconhecido como central, mesmo porque « a Eucaristia é constitutiva do ser e do agir da Igreja » e « se mostra na raiz da Igreja como mistério de comunhão ». ⁴⁹

A santidade e a missão passam pela comunidade, já que o Senhor ressuscitado se faz presente nela e através dela, ⁵⁰ tornando-a santa e santificando as relações. Acaso não prometeu Jesus estar presente ali onde dois ou três se reúnem em seu nome (cf. *Mt 18,20*)? O irmão e a irmã tornam-se, desta forma, sacramento de Cristo e do encontro com Deus, possibilidade concreta de se viver o mandamento do amor recíproco. O caminho de santidade converte-se assim em percurso que toda a comunidade percorre junta; não apenas caminho do indivíduo, mas sempre mais uma experiência comunitária: no acolhimento recíproco; na partilha dos dons, sobretudo do dom do amor, do perdão e da correção fraterna; na busca comum da vontade do Senhor, rico de graça e de misericórdia; na disponibilidade em fazer-se cada um responsável pelo caminho do outro.

No hodierno clima cultural, a santidade comunitária é testemunho convincente, talvez ainda mais que a individual: ela manifesta o perene valor da unidade, dom a nós deixado pelo Senhor Jesus. Isso se faz visível especialmente nas comunidades internacionais e interculturais, as quais requerem altos níveis de acolhimento e diálogo.

O papel da autoridade para o crescimento da fraternidade

20. O crescimento da fraternidade é fruto de uma caridade “ordenada”. Assim « é necessário, além disso, que o direito próprio seja o mais exato possível no estabelecer as respectivas competências da comunidade, dos diversos Conselhos, dos responsáveis setoriais e do superior. A pouca clareza nesse setor é fonte de confusão e de conflitos. Também os “projetos comunitários”, que podem ajudar a participação na vida da comunidade e em sua missão nos diversos contextos, deveriam ter a preocupação de definir bem o papel e a competência da autoridade, sempre no respeito às Constituições ». ⁵¹

Neste quadro, a autoridade promove o crescimento da vida fraterna através do serviço da escuta e do diálogo, da criação de um clima favorável à partilha e à co-responsabilidade, da participação de todos nas coisas de todos, do serviço equilibrado a cada um em particular e à comunidade como um todo, do discernimento e da promoção da obediência fraterna.

a) *O serviço da escuta*

O exercício da autoridade implica que ela ouça de boa vontade as pessoas que o Senhor lhe confiou.⁵² São Bento insiste: « O abade convoque toda a comunidade »; « todos sejam chamados a conselho »; « muitas vezes o Senhor revela ao mais moço o que é melhor ».⁵³

A escuta é um dos ministérios principais do superior, para o qual ele sempre deveria estar disponível, especialmente para com quem se sente isolado e carente de atenção. Escutar significa, com efeito, acolher o outro incondicionalmente, dar-lhe espaço no próprio coração. A escuta transmite, por isso, afeto e compreensão, diz que o outro é apreciado e que sua presença e seu parecer são levados em consideração.

Quem preside deve recordar que quem não sabe escutar o irmão ou a irmã, não sabe escutar tampouco a Deus, que uma escuta atenta permite coordenar melhor as energias e os dons que o Espírito deu à comunidade, além de considerar, nas decisões, os limites e as dificuldades de algum de seus membros. O tempo que se emprega na escuta jamais será tempo perdido e a escuta, amiúde, pode prevenir crises e momentos difíceis, quer na esfera individual, quer na comunitária.

b) *A criação de um clima favorável ao diálogo, à partilha e à co-responsabilidade*

A autoridade deverá preocupar-se em criar um ambiente de confiança, promovendo o reconhecimento das capacidades e das sensibilidades de cada um. Alimentará, igualmente, com palavras e fatos, a convicção de que a fraternidade exige participação e, portanto, informação.

Junto à escuta, estimará a prática do diálogo sincero e livre para compartilhar sentimentos, perspectivas e projetos: neste clima, cada um poderá ver reconhecida a própria identidade e melhorar as próprias capacidades relacionais. Não temerá reconhecer e aceitar aqueles problemas que podem surgir facilmente do buscar juntos, do decidir juntos, do trabalhar juntos, do empreender juntos os melhores caminhos para realizar uma colaboração fecunda; pelo contrário, procurará as causas dos eventuais incômodos e incompreensões, sabendo propor remédios, o mais possível compartilhados. Empenhar-se-á, ademais, em fazer que se supere qualquer forma de infantilidade e em desencorajar qualquer tentativa de evitar responsabilidades ou de eludir compromissos sérios, de fechar-se no próprio mundo e nos próprios interesses ou de trabalhar de modo solitário.

c) *A solicitação da contribuição de todos com as coisas que são de todos*

Quem preside tem a responsabilidade da decisão final,⁵⁴ mas não há de chegar até ela sozinho ou sozinha, mas sim valorizando, o mais possível, a contribuição livre de todos os irmãos ou de todas as irmãs. A comunidade será tal como a fizerem seus membros: será, pois, fundamental estimular e motivar o contributo de todas as pessoas, a fim de que cada uma sinta o dever de dar a própria contribuição de caridade, competência e

criatividade. Com efeito, todos os recursos humanos, sendo motivados e respeitados, hão de potencializar-se e de convergir no projeto comunitário.

Não basta pôr os bens materiais em comum, mais significativa é a comunhão dos bens e das capacidades pessoais, dos dons e talentos, das intuições e inspirações, e ainda mais fundamental é que se promova a partilha dos bens espirituais, da escuta da Palavra de Deus e da fé: « o vínculo de fraternidade é tanto mais forte quanto mais central e vital é o que se coloca em comum ». ⁵⁵

Provavelmente nem todos estarão bem dispostos, de imediato, para este tipo de partilha: na presença de eventuais resistências, sem renunciar ao projeto, a autoridade procurará balancear sabiamente o chamado à comunhão dinâmica e corajosa com a arte da paciência, sem pretender ver os frutos imediatos dos próprios esforços. Reconhecerá que Deus é o único Senhor que pode tocar e mudar os corações das pessoas.

d) *A serviço de cada um e da comunidade*

Ao atribuir os diferentes encargos, a autoridade deve levar em conta a personalidade de cada irmão ou irmã, suas dificuldades e predisposições, para possibilitar a cada um, no respeito à liberdade de todos de exprimir os próprios dons; ao mesmo tempo, deverá necessariamente considerar o bem da comunidade e o serviço à obra a ela eventualmente confiada.

Nem sempre tal composição de finalidades será de fácil realização. Indispensável se fará, então, o equilíbrio da autoridade, que se manifesta seja na capacidade de acolher o que cada um tem de positivo e de utilizar da melhor forma as forças disponíveis, seja naquela retidão de intenção que a torne interiormente livre, não tanto preocupada em agradar e ser complacente; e na clareza ao indicar o verdadeiro significado da missão para a pessoa consagrada, que não pode reduzir-se à valorização dos dotes pessoais.

Será, porém, igualmente indispensável que a pessoa consagrada aceite com espírito de fé, e das mãos do Pai, o encargo confiado, ainda quando não for conforme aos seus desejos e às suas expectativas, ou ao seu modo de entender a vontade de Deus. Embora podendo expressar as próprias dificuldades (aliás, manifestando-as sinceramente como contribuição com a verdade), obedecer, em tais casos, significa remeter-se à decisão final da autoridade, com a convicção de que tal obediência é precioso contributo, ainda que sofrido, para a edificação do Reino.

e) *O discernimento comunitário*

« Na fraternidade animada pelo Espírito Santo, cada qual estabelece com o outro um diálogo precioso para descobrir a vontade do Pai, e todos reconhecem em quem preside a expressão da paternidade divina e o exercício da autoridade recebida de Deus a serviço do discernimento e da comunhão ». ⁵⁶

Algumas vezes, quando o direito próprio o prevê ou quando a relevância

da decisão a ser tomada o requer, a busca de uma resposta adequada é confiada ao discernimento comunitário, no qual se trata de escutar « o que o Espírito diz à comunidade » (cf. Ap 2,7).

Se o discernimento em si se reserva às mais importantes decisões, o espírito do discernimento deveria caracterizar todo processo de decisão que envolva a comunidade. Jamais deveria faltar então, antes de qualquer decisão, um tempo de oração e reflexão individual, ao lado de uma série de atitudes importantes para escolher juntos o que é justo e agradável a Deus. Eis algumas delas:

– a determinação a nada buscar além da vontade divina, deixando-se inspirar pelo modo de agir de Deus manifestado na Sagrada Escritura e na história do carisma do Instituto, e tendo a consciência de que a lógica evangélica é frequentemente “invertida” diante da lógica humana que procura o sucesso, a eficiência e o reconhecimento;

– a disponibilidade para reconhecer em cada irmão ou irmã a capacidade de colher a verdade, mesmo que parcial, e, por isso, para acolher o seu parecer como mediação para descobrir, juntos, a vontade de Deus, até ao ponto de saber reconhecer as idéias dos outros como melhores que as próprias;

– a atenção aos sinais dos tempos, à expectativa das pessoas, às exigências dos pobres, às urgências da evangelização, às prioridades da Igreja universal e particular e às indicações dos Capítulos e dos superiores maiores;

– a liberdade frente a preconceitos, ao excessivo apego às próprias idéias, a esquemas de percepção rígidos ou distorcidos, a tomadas de posição que acentuam a diversidade de pontos de vista;

– a coragem de motivar as idéias e posicionamentos pessoais, mas também de abrir-se a novas perspectivas e de modificar o próprio ponto de vista;

– o firme propósito de manter sempre a unidade, seja qual for a decisão final.

O discernimento comunitário não substitui a natureza nem a função da autoridade, a quem cabe a decisão final; todavia, a autoridade não pode ignorar que a comunidade é o lugar privilegiado para reconhecer e acolher a vontade de Deus. Em qualquer caso, o discernimento figura entre os momentos mais altos da fraternidade consagrada, onde se ressalta, com evidência particular, tanto a centralidade de Deus, qual fim último da busca de todos, como a responsabilidade e o contributo de cada um no caminho de todos em direção à verdade.

f) *Discernimento, autoridade e obediência*

A autoridade será paciente no delicado processo do discernimento, o qual procurará ela garantir nas suas etapas e sustentar nos momentos mais críticos, e será firme ao reivindicar a aplicação do que foi decidido. Estará

atenta para não abdicar das próprias responsabilidades, talvez por amor ao viver tranqüilo ou por medo de ferir a suscetibilidade de alguém. Sentirá a responsabilidade de não hesitar em situações que exigem que se tomem decisões claras e, algumas vezes, desagradáveis.⁵⁷ O verdadeiro amor à comunidade é, precisamente, o que faz com que a autoridade seja capaz de conciliar firmeza e paciência, escuta de cada um e coragem para tomar decisões, superando a tentação de fazer-se surda e muda.

Deve-se observar, finalmente, que uma comunidade não pode viver em estado permanente de discernimento. Depois do tempo de discernimento, vem o tempo da obediência, isto é, da execução de quanto foi decidido: em ambos os tempos, é mister que se viva com espírito obediente.

g) *A obediência fraterna*

São Bento, ao final da sua Regra, afirma: « Não só ao Abade deve ser tributado por todos a virtude da obediência, mas, da mesma forma, obedecem também os irmãos uns aos outros, sabendo que por este caminho da obediência irão a Deus ». ⁵⁸ « Exerçam, portanto, os monges este zelo com amor ferventíssimo, isto é, antecipem-se uns aos outros em honra. Tolerem pacientíssimamente suas fraquezas, quer do corpo quer do caráter; rivalizem em prestar mútua obediência; ninguém procure aquilo que julga útil para si, mas, principalmente, o que o é para o outro ». ⁵⁹ E São Basílio Magno se pergunta: « Em que modo se deve obedecer uns aos outros? » E responde: « Como dos escravos a seus patrões, segundo nos ordenou o Senhor: aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos (cf. *Mc* 10,44); Ele acrescentou ainda estas palavras mais impressionantes: “Como o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir” (*Mc* 10,45); e segundo o que disse o Apóstolo: “Por meio do amor do Espírito, colocai-vos a serviço uns dos outros” (*Gl* 5,13) ». ⁶⁰

A verdadeira fraternidade fundamenta-se no reconhecimento da dignidade do irmão ou da irmã, realizando-se através da atenção prestada ao outro e às suas necessidades, da capacidade de alegrar-se pelos seus dons e pelas suas realizações, do colocar à sua disposição o próprio tempo para escutar e deixar-se iluminar. Isso exige que se seja interiormente livre.

Certamente não é livre quem tem a convicção de que suas idéias ou soluções são sempre as melhores; quem considera poder decidir sempre sozinho, sem mediação alguma para conhecer a vontade divina; quem pensa estar sempre com a razão e não tem qualquer dúvida de que são os outros que devem mudar; quem pensa apenas em suas próprias coisas e não presta atenção nas necessidades alheias; quem pensa, enfim, que obedecer seja algo de outros tempos, algo que já não se pode propor num mundo mais evoluído.

Livre, pelo contrário, é a pessoa que vive constantemente disposta e atenta para captar em cada situação da vida e, sobretudo, em cada pessoa que está a seu lado, uma mediação da vontade do Senhor, por mais misteriosa que seja. Por isso, « é para a liberdade que Cristo nos libertou » (*Gl* 5,1). Libertou-nos para que possamos encontrar-nos Deus ao longo dos

inumeráveis caminhos da existência de cada dia.

« Quem quiser ser o primeiro entre vós, seja vosso servo » (Mt 20,27)

21. Embora assumir as responsabilidades próprias da autoridade possa vir a aparecer hoje como um fardo particularmente pesado, e requeira a humildade do fazer-se servo ou serva dos demais, sempre é bom, todavia, recordar as palavras severas que o Senhor Jesus dirige àqueles que sentem a tentação de revestir de prestígio mundano a sua autoridade: « Quem quiser ser o primeiro entre vós, seja vosso servo. Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos » (Mt 20,27-28).

Quem, no desempenho do próprio ofício, procura um meio para destacar-se ou se auto-afirmar, para fazer-se servir ou para submeter os demais, coloca-se claramente fora do modelo evangélico de autoridade. São dignas de atenção, nesse caso, as palavras que são Bernardo dirigia a um de seus discípulos elevado à dignidade de sucessor de Pedro: « Considera se tens feito progressos no caminho da virtude, da sabedoria, da inteligência, da bondade. És mais arrogante ou mais humilde? Mais benévolo ou mais soberbo? Mais indulgente ou mais intransigente? O que tens desenvolvido em ti: o temor de Deus ou uma perigosa temeriedade? ». ⁶¹

A obediência, mesmo nas melhores condições, não é fácil; mas se vê facilitada quando a pessoa consagrada constata que a autoridade se coloca a serviço da fraternidade e da missão, com humildade e empenho: uma autoridade que, apesar de todos os limites humanos, procura representar no seu agir gestos e sentimentos do Bom Pastor.

« Peço àquela que vier a ter o cuidado das irmãs, – afirmava Santa Clara de Assis em seu testamento – que se esforce em presidir às outras por meio de virtudes e costumes santos, mais que pelo simples ofício, a fim de que suas irmãs, movidas pelo seu exemplo, obedeçam-lhe, não tanto pelo ofício, mas antes por amor ». ⁶²

A vida fraterna como missão

22. As pessoas consagradas, guiadas pela autoridade, são chamadas a defrontar-se muitas vezes com o mandamento novo, o mandamento que renova todas as coisas: « Amai-vos como eu vos amei » (Jo 15,12).

Amar-se como o Senhor amou significa ir além do mérito pessoal dos irmãos e das irmãs, significa obedecer não aos próprios desejos mas a Deus que fala por meio da condição e das necessidades dos irmãos e das irmãs. É mister recordar que o tempo gasto para melhorar a qualidade da vida fraterna não é desperdiçado, uma vez que, como repetidamente ressaltou o saudoso Papa João Paulo II, « toda a fecundidade da vida religiosa depende da qualidade da vida fraterna ». ⁶³

A tensão em vista da realização de comunidades fraternas não é apenas preparação para a missão, mas parte integrante da mesma, a partir do

momento em que « a comunhão fraterna, enquanto tal, já é apostolado ». ⁶⁴
Estar em missão como comunidades que constroem no dia-a-dia a fraternidade, na busca contínua da vontade de Deus, significa atestar que, seguindo o Senhor Jesus, é possível realizar a convivência humana de um modo novo e humanizador.

TERCEIRA PARTE

EM MISSÃO

« *Como o Pai me enviou, também eu vos envio* »
(Jo 20,21)

Em missão com todo o próprio ser, como Jesus, o Senhor

23. O Senhor Jesus nos faz compreender, com a sua própria forma de vida, que *missão* e *obediência* mutuamente se implicam. Nos Evangelhos, Jesus se apresenta sempre como “o enviado do Pai para fazer a sua vontade” (cf. Jo 5,36-38; 6,38-40; 7,16-18); Ele só faz o que ao Pai é agradável. Pode-se dizer que toda a vida de Jesus é missão do Pai. Ele é a missão do Pai.

Assim como o Verbo veio em missão encarnando-se numa humanidade que se deixou assumir plenamente, nós colaboramos também com a missão de Cristo, permitindo-lhe que a leve a pleno cumprimento especialmente acolhendo-o, tornando-nos espaço da sua presença e, portanto, continuação da sua vida na história, para dar aos outros a possibilidade de encontrá-lo.

Considerando que Cristo, em sua vida e sua obra, foi sempre o *amém* (cf. Ap 3,14), o *sim* (cf. 2 Cor 1,20) perfeito dito ao Pai, e que dizer *sim* significa simplesmente obedecer, é impossível pensar na missão a não ser em relação com a obediência. Viver a missão implica sempre ser enviado, e isso implica a referência seja Àquele que envia, seja ao conteúdo da missão a desempenhar. Portanto, sem referência à obediência, o próprio termo *missão* torna-se dificilmente compreensível e expõe-se ao risco de ver-se reduzido a algo referente apenas ao indivíduo mesmo. Sempre há o perigo de reduzir a *missão* a uma profissão a exercer em vista da própria realização e, portanto, a administrar mais ou menos em proveito próprio.

Em missão para servir

24. Nos seus *Exercícios espirituais* Santo Inácio de Loyola escreve que Nosso Senhor chama a todos e diz: « Quem quiser vir comigo, tem trabalhar comigo, para que seguindo-me na pena, me siga também na glória ». ⁶⁵ A missão deve calibrar-se, tanto hoje como ontem, em presença de dificuldades notáveis, que só se podem enfrentar com a graça que vem do Senhor, na consciência, humilde e forte, de que se é enviado por Ele e de poder, exatamente por isso, contar com seu auxílio.

Graças à obediência, tem-se a certeza de que se serve ao Senhor, de ser “servos e servas do Senhor”, no próprio agir e no próprio sofrer. Tal certeza é fonte de empenho incondicional, de fidelidade tenaz, de

serenidade interior, de serviço desinteressado, de dedicação das melhores energias. « Quem obedece tem a garantia de estar verdadeiramente em missão no seguimento do Senhor, e não ao sabor dos desejos pessoais ou das próprias aspirações. E, assim, é possível considerar-se guiado pelo Espírito do Senhor e sustentado, mesmo no meio de grandes dificuldades, pela sua mão segura (cf. At 20,22) ». ⁶⁶

Em missão se está quando, longe de perseguir a auto-afirmação, se é conduzido, em primeiro lugar, pelo desejo de cumprir a adorável vontade de Deus. Tal desejo é a alma da oração (“Venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade”), e a força do apóstolo. A missão requer que se empenhem todos os dons e talentos humanos, os quais concorrem para a salvação quando lançados ao rio da vontade de Deus, que leva as coisas passageiras ao oceano das realidades eternas, onde Deus, felicidade sem confins, será tudo em todos (cf. 1 Cor 15,28).

Autoridade e missão

25. Tudo isso implica que se reconheça à autoridade uma importante tarefa no que concerne à missão, em fidelidade ao carisma próprio. Uma tarefa não tão simples nem isenta de dificuldades e equívocos. No passado, o risco podia vir de uma autoridade que se orientava, na maioria das vezes, pela gestão de obras, com o perigo de deixar de lado as pessoas; hoje, o risco pode vir do excessivo temor, por parte da autoridade, de melindrar suscetibilidades pessoais, ou de uma fragmentação de competências e responsabilidades que enfraquece a convergência em direção ao objetivo comum e dilui a própria função da autoridade.

Entretanto, a autoridade não é responsável apenas pela animação da comunidade, mas tem também uma função de coordenação das diversas competências em ordem à missão, no respeito às atribuições e segundo as normas internas do Instituto. Se a autoridade não pode (e não deve) fazer tudo, ela é, porém, última responsável pelo todo. ⁶⁷

Múltiplos são os desafios que o momento presente oferece à autoridade, diante da tarefa de coordenar as energias em vista da missão. Enumeram-se aqui também algumas tarefas tidas como importantes no serviço da autoridade. São elas:

a) Encoraja a assumir responsabilidades e as respeita quando assumidas

As responsabilidades podem suscitar certo temor em alguns. É necessário, pois, que a autoridade transmita aos próprios colaboradores a fortaleza cristã e a coragem de enfrentar as dificuldades, superando medos e atitudes de renúncia.

Sua preocupação será a de partilhar não só informações como também responsabilidades, comprometendo-se, a seguir, a respeitar a cada um na própria e justa autonomia. Por parte da autoridade, isso implica um trabalho paciente de coordenação e, por parte da pessoa consagrada, a sincera disponibilidade para colaborar.

A autoridade deve “estar presente” quando for preciso, de modo a favorecer nos membros da comunidade o sentido da interdependência, distante tanto da dependência infantil quanto da independência auto-suficiente. Esta interdependência é fruto daquela liberdade interior que permite a cada um trabalhar e colaborar, substituir e ser substituído, ser protagonista e dar a própria colaboração, mesmo que na retaguarda.

Quem exerce o serviço da autoridade cuidará de não ceder à tentação da auto-suficiência pessoal, ou seja, do achar que tudo depende dele ou dela, e que não é tão importante e útil assim favorecer a participação comunitária; uma vez que é melhor dar um passo juntos do que dois (ou até mais) sozinhos.

b) Convida a enfrentar as diferenças em espírito de comunhão

As rápidas mudanças culturais em curso não só provocam transformações estruturais que se refletem sobre as atividades e sobre a missão, mas podem dar lugar também a tensões no interior das comunidades, onde diversos tipos de formação cultural ou espiritual orientam a fazer leituras diferentes dos sinais dos tempos e, por conseguinte, a propor projetos diferentes, nem sempre conciliáveis. Tais situações podem ocorrer hoje mais freqüentemente que no passado, já que crescem as comunidades constituídas por pessoas que provêm de diversas etnias ou culturas e se acentuam diferenças de geração. A autoridade está chamada a servir igualmente, com espírito de comunhão, estas comunidades compostas, ajudando-as a oferecer, num mundo marcado por tantas divisões, o testemunho de que é possível viver juntos e amar-se mesmo em meio à diversidade. Deverá ter bem firmes, então, alguns princípios teórico-práticos:

- recordar que, no espírito do evangelho, o conflito de idéias jamais se torna conflito de pessoas;
- lembrar que a pluralidade de perspectivas favorece o aprofundamento das questões;
- favorecer a comunicação, de modo que a livre troca de idéias esclareça as posições e faça vir à tona o contributo positivo de cada um;
- ajudar a libertar-se do egocentrismo e do etnocentrismo, que tendem a lançar sobre os outros as causas dos males, chegando assim a uma compreensão mútua;
- tornar-se conscientes de que o ideal não é o de conseguir uma comunidade sem conflitos, mas uma comunidade que aceita enfrentar as próprias tensões para resolvê-las positivamente, procurando soluções que não ignorem nenhum dos valores a que é necessário referir-se.

c) Mantém o equilíbrio entre as várias dimensões da vida consagrada

Com efeito, tais dimensões podem entrar em conflito entre si. A autoridade deve velar para que a unidade de vida seja salva e, de fato, seja

respeitado, o quanto possível, o equilíbrio entre o tempo dedicado à oração e o tempo dedicado ao trabalho, entre indivíduo e comunidade, entre compromisso e repouso, entre atenção à vida comum e atenção ao mundo e à Igreja, entre a formação pessoal e a formação comunitária.⁶⁸

Um dos mais delicados equilíbrios é o que existe entre comunidade e missão, entre vida *ad intra* e vida *ad extra*.⁶⁹ Dado que normalmente a urgência dos afazeres pode induzir a deixar de lado o que diz respeito à comunidade e que, sempre mais amiúde, haja em nossos dias apelo a que se trabalhe individualmente, é oportuno respeitar algumas regras irrenunciáveis, que garantem, ao mesmo tempo, um espírito de fraternidade na comunidade apostólica e uma sensibilidade apostólica na vida fraterna.

Será importante que a autoridade garanta tais regras e recorde a todos e a cada um que, quando uma pessoa da comunidade se acha em missão ou presta qualquer serviço apostólico, mesmo se trabalha sozinha, age sempre *em nome do Instituto ou da comunidade*; antes, trabalha *graças à comunidade*. Com freqüência, de fato, se ela pode desempenhar aquela atividade determinada é porque alguém da comunidade deu a ela o seu tempo, aconselhou-a ou transmitiu-lhe certo espírito; freqüentemente, ainda existe quem fica na comunidade e chega a substituir em certos ofícios da casa a pessoa empenhada fora, ou reza por ela, ou a sustenta com a própria fidelidade.

É imperioso, então, que o apóstolo não apenas seja *profundamente grato*, mas que permaneça *estritamente unido à própria comunidade* em tudo o que fizer; que não se aproprie do que faz, mas que se esforce, a todo custo, por caminhar junto, esperando, se necessário for, quem avança mais lentamente, valorizando o contributo de cada um, compartilhando ao máximo as alegrias e fadigas, intuições e incertezas, para que todos sintam como próprio o apostolado dos demais, sem inveja nem ciúmes. O apóstolo esteja certo de que, por mais que der de si mesmo à comunidade, não equipará jamais sua conta com o que da comunidade já recebeu e continua a receber.

d) *Tem um coração misericordioso*

São Francisco de Assis, numa comovente carta dirigida a um ministro/superior, dava as seguintes instruções acerca de eventuais debilidades pessoais de seus frades: « E nisto quero conhecer se tu amas o Senhor e me amas a mim, servo seu e teu, se fizeres isto, a saber: que não haja jamais frade algum neste mundo que, tendo pecado o quanto podia chegar a pecar, depois de olhar os teus olhos, se afaste sem o teu perdão misericordioso, se ele o pedir; e se não pedisse misericórdia, não lhe perguntasses tu se desejaria misericórdia. E se, em seguida, mil vezes pecasse diante de teus olhos, não o amasses mais que a mim por isto: que tu possas atraí-lo ao Senhor; e tenhas sempre misericórdia de tais irmãos ».⁷⁰

A autoridade é chamada a desenvolver uma pedagogia do perdão e da misericórdia, isto é, a ser instrumento do amor de Deus que acolhe,

corrige e oferece sempre uma nova oportunidade ao irmão ou à irmã que erram e caem em pecado. Deverá recordar, sobretudo, que, sem a esperança do perdão, a pessoa desiste de retomar o seu caminho e tende inevitavelmente a acrescentar mal sobre mal e queda sobre queda. A perspectiva da misericórdia, por outro lado, afirma que Deus é capaz de tirar um caminho de bem mesmo das situações de pecado.⁷¹ Empregue-se, pois, a autoridade para que toda a comunidade aprenda este estilo misericordioso.

e) *Tem o sentido da justiça*

Se o convite de São Francisco de Assis a perdoar o irmão que peca pode ser considerado uma preciosa regra geral, reconheça-se que pode haver comportamentos, entre os membros de algumas fraternidades de consagrados, que lesam gravemente o próximo e que implicam certa responsabilidade com respeito a pessoas externas à comunidade e nos confrontos da mesma instituição a que pertencem. Se a compreensão em relação às culpas individuais se faz necessária, é também necessário que se tenha um rigoroso sentido de responsabilidade e caridade com relação àqueles que eventualmente sofreram dano por causa de um comportamento incorreto de alguma pessoa consagrada.

Saiba aquele ou aquela que erra que deve responder pessoalmente pelas conseqüências dos seus atos. A compreensão diante do confrade não pode excluir a justiça, especialmente com relação a pessoas indefesas e vítimas de abusos. Aceitar reconhecer o próprio mal, assumindo a responsabilidade e as conseqüências, já é parte de um caminho de misericórdia: como para Israel que se afasta do Senhor, a aceitação das conseqüências do mal (no caso, da experiência do exílio) é o primeiro modo de retomar o caminho de conversão e de redescobrir mais profundamente a própria relação com Ele.

f) *Promove a colaboração com os leigos*

A crescente colaboração com os leigos nas obras e atividades guiadas por pessoas consagradas apresentam, quer à comunidade quer à autoridade, novos questionamentos, que exigem novas respostas. « Não raras vezes, a participação dos leigos traz inesperados e fecundos aprofundamentos de alguns aspectos do carisma », uma vez que os leigos são convidados a oferecer « às famílias religiosas a ajuda preciosa da sua secularidade e do seu serviço específico ».⁷²

Foi recordado oportunamente que, para alcançar-se o objetivo de uma colaboração mútua entre religiosos e leigos, « é necessário ter: comunidades religiosas com clara identidade carismática, assimilada e vivida, isto é, em condições de transmiti-la também aos outros, com disponibilidade para a partilha: comunidades religiosas com intensa espiritualidade e com entusiasta missionariedade, para comunicar o mesmo espírito e o mesmo impulso evangelizador; comunidades religiosas que saibam animar e encorajar os leigos a compartilhar o carisma do próprio instituto, de acordo com sua índole secular e de acordo com seu estilo diferente de vida, convidando-os a descobrir novas formas de

atualizar o mesmo carisma e a mesma missão. Assim a comunidade religiosa pode tornar-se um centro de irradiação, de força espiritual, de animação, de fraternidade que cria fraternidade e de comunhão e colaboração eclesial, onde os diversos contributos colaboram para a construção do Corpo de Cristo que é a Igreja ». ⁷³

É mister, outrossim, que se defina bem o mapa das competências e das responsabilidades, tanto dos leigos como dos religiosos, como também dos organismos intermediários (Conselhos de administração e símiles). Em tudo isso, quem preside a comunidade dos consagrados desempenha uma função insubstituível.

As obediências difíceis

26. No desenvolvimento concreto da missão, certas obediências podem vir a ser particularmente difíceis, a partir do momento em que as perspectivas ou modalidades da ação apostólica ou diaconal podem ser percebidas e pensadas de maneiras diferentes. Diante de certas obediências difíceis, aparentemente até “absurdas”, pode surgir a tentação da desconfiança e inclusive do abandono: vale a pena continuar? Não posso realizar melhor as minhas idéias noutra contexto? Para que desgastar-se em confrontos estéreis?

São Bento já se defrontava com a questão duma obediência « muito gravosa, ou mesmo impossível de se levar adiante »; e São Francisco de Assis considerava o caso em que « o súdito vê coisas melhores e mais úteis para a sua alma que as que lhe ordena o prelado (o superior) ». O Pai do monacato responde pedindo que se estabeleça um diálogo livre, aberto, humilde e confiante entre monge e abade; ao final, porém, se lhe for requerido, o monge « obedeça por amor de Deus e confiando no seu auxílio ». ⁷⁴ O Santo de Assis convida à prática de uma “obediência caritativa”, na qual o frade sacrifica voluntariamente os seus pontos de vista e cumpre a ordem dada, uma vez que, deste modo, « satisfaz a Deus e ao próximo »; ⁷⁵ e vê uma “obediência perfeita” lá onde, não podendo obedecer porque nos vem ordenado « qualquer coisa contra a sua alma », o religioso não quebra a unidade com o superior e a comunidade, seja disposto também a suportar perseguição por causa disso. « Com efeito – observa São Francisco – quem sustenta a perseguição antes de querer se separar dos seus irmãos, permanece verdadeiramente na perfeita obediência, porque oferece a sua alma por seus irmãos ». ⁷⁶ Nos vem assim recordado que o amor e a comunhão representam valores supremos, aos quais são submetidos também o exercício da autoridade e da obediência.

Deve-se reconhecer que é compreensível haver, por um lado, certo apego a idéias e convicções pessoais, fruto de reflexão ou de experiência e amadurecidas com o tempo, e é também boa coisa o procurar defendê-las e levá-las adiante, sempre na perspectiva do Reino, num diálogo sincero e construtivo. Por outro lado, não se há de esquecer que o modelo é sempre Jesus de Nazaré, que mesmo na Paixão pediu a Deus cumprir a sua vontade de Pai, e não deu as costas diante da morte de cruz.

Do mesmo modo, a pessoa consagrada, ao ser-lhe requerida a renúncia às próprias idéias ou aos próprios projetos, pode experimentar desconcerto e rejeição da autoridade, ou perceber dentro de si « forte clamor e lágrimas » (Hb 5,7) e a súplica de que passe o cálice amargo. Mas aquele é também o momento em que há de confiar no Pai para que se cumpra a sua vontade, e para poder assim participar ativamente, com todo o próprio ser, da missão de Cristo « para a vida do mundo » (Jo 6,51).

É no pronunciar este difícil « sim » que se pode compreender até o final o sentido da obediência como supremo ato de liberdade, expresso num total e confiante abandono de si a Cristo, Filho livremente obediente ao Pai; e se pode compreender o sentido da missão.

Nestas obediências difíceis é que se pode compreender profundamente o sentido da missão como oferta obediente de si mesmo, que atrai a bênção do Altíssimo: « Eu te abençoarei ... (E) serão abençoadas todas as nações da terra, porque me obedeceste » (Gn 22,17.18). Naquela bênção, a pessoa consagrada obediente sabe que reencontrará tudo o que deixou com o sacrifício do seu desapego; naquela bênção, esconde-se ainda a plena realização da sua própria humanidade (cf. Jo 12,25).

Obediência e objeção de consciência

27. É possível que surja aqui uma pergunta: pode haver situações nas quais a consciência pessoal pareça não permitir que se sigam indicações dadas pela autoridade? Pode ocorrer, em suma, que o consagrado tenha de declarar, em relação a normas ou a seus superiores: « É preciso obedecer a Deus antes que aos homens » (At 5,29)? É o caso da assim chamada *objeção de consciência*, da qual já falou Paulo VI,⁷⁷ e que se há de entender no seu significado autêntico.

Se, por um lado, é verdade que a consciência é o lugar onde ressoa a voz de Deus que nos indica como comportar-nos, é verdade também que se faz necessário aprender a escutar esta voz com grande atenção, para saber reconhecê-la e distingui-la de outras vozes. Não é preciso, com efeito, confundir esta voz com as que emergem de um subjetivismo que ignora ou negligencia as fontes e os critérios irrenunciáveis e vinculantes na formação do juízo de consciência: « Na verdade, o “coração” convertido ao Senhor e ao amor do bem é a fonte dos juízos *verdadeiros* da consciência »,⁷⁸ e « a liberdade da consciência nunca é liberdade “da” verdade, mas sempre e só “na” verdade ». ⁷⁹

A pessoa consagrada deverá, portanto, refletir longamente antes de concluir que o que percebe dentro de si representa a vontade de Deus e não assim a obediência recebida. Deverá recordar, igualmente, que a lei da mediação se há de levar em conta em todos os casos, cuidando-se de tomar decisões graves sem algum confronto ou verificação. Permanece certamente indiscutível que o que interessa é chegar a conhecer e a cumprir a vontade de Deus, mas, da mesma forma, deveria ser indiscutível que a pessoa consagrada se tenha comprometido, com um voto, a reconhecer esta santa vontade através de determinadas mediações. Dizer que o que vale é a vontade de Deus, e não as mediações, rejeitá-las ou

aceitá-las apenas quando agradam, pode tirar significado ao próprio voto e esvaziar a própria vida de uma essencial característica sua.

Por conseguinte, « à exceção de uma ordem que fosse abertamente contrária às leis de Deus ou às constituições do instituto, ou que implicasse um mal grave e certo, no qual caso a obrigação de obedecer não existiria, as decisões do superior abrangem um campo em que a avaliação do bem maior pode variar, segundo os pontos de vista. Querer concluir, pelo fato de uma ordem dada parecer objetivamente menos boa, que ela é ilegítima e contrária à consciência, significaria desconhecer, de uma maneira pouco realista, a obscuridade e a ambivalência de não poucas realidades humanas. Além disso, o recusar a obediência traz consigo um dano, muitas vezes grave, para o bem comum. Um religioso não deveria admitir facilmente que exista contradição entre o juízo da sua consciência e o do seu superior. Esta situação excepcional comportará, por vezes, um autêntico sofrimento interior, à imitação do que se verificou com o próprio Cristo, que “aprendeu o que significa obedecer por aquilo que padeceu” (*Hb 5,8*) ». ⁸⁰

A difícil autoridade

28. A autoridade também pode cair no desencorajamento e no desencanto: diante das resistências de algumas pessoas ou comunidades, diante de certas questões que parecem insolúveis, pode surgir a tentação de deixar tudo de lado e de considerar inútil todo e qualquer esforço para melhorar uma situação. Perfila-se, então, o perigo de se criarem administradores da rotina, resignados à mediocridade, inibidos para intervir, privados de coragem de apontar as metas da autêntica vida consagrada e correndo o risco de enfraquecer o amor das origens e o desejo de testemunhá-lo.

Quando o exercício da autoridade pesa e se faz difícil, é bom que se recorde que o Senhor Jesus considera tal tarefa como um ato de amor a si (« Pedro, tu me amas? »: *Jo 21,16*); e se torna salutar ouvir de novo as palavras de Paulo: « Sede alegres na esperança, fortes na tribulação, perseverantes na oração, mostrai-vos solidários com os santos em suas necessidades » (*Rm 12,12-13a*).

O silencioso esforço interior que acompanha a fidelidade à própria missão, marcado quicá pela solidão e pela incompreensão daqueles aos quais se serve, converte-se em caminho de santificação pessoal e mediação de salvação para as pessoas por cuja causa se sofre.

Obedientes até o fim

29. Se a vida do fiel é toda ela uma busca de Deus, cada dia da existência torna-se então um contínuo aprender da arte de escutar a sua voz para cumprir a sua vontade. Trata-se, sem dúvida, de uma escola que exige esforço, como se fosse uma luta entre aquele eu que tende a ser amo de si e da própria história e aquele Deus que é “o Senhor” de toda história; escola em que se aprende a entregar-se de tal modo a Deus e à sua paternidade, a ponto de depositar confiança até nos homens, seus filhos e nossos irmãos. Cresce assim a certeza de que o Pai não abandona jamais,

nem sequer no momento em que se faz necessário confiar o cuidado da própria vida às mãos de irmãos, nos quais se há de reconhecer o sinal da sua presença e a mediação da sua vontade.

Com um ato de obediência, mesmo que seja inconsciente, viemos à vida, acolhendo aquela Vontade boa que nos preferiu à não-existência. Concluiremos o caminho com outro ato de obediência, que desejaríamos fosse o mais possível consciente e livre, mas, sobretudo, expressão de abandono em direção àquele Pai bom que nos chamará definitivamente a si, ao seu reino de luz infinita, onde encontrará termo a nossa busca, e os nossos olhos o verão, num domingo sem ocaso. Então seremos plenamente obedientes e realizados, porquanto diremos para sempre sim àquele Amor que nos constituiu para que sejamos felizes com Ele e n'Ele.

Uma prece da autoridade

30. « O bom pastor, Jesus, pastor bom, pastor clemente, pastor afável, um pastor pobre e mísero eleva a Vós o seu grito, um pastor débil, inexperiente e inútil, e todavia um pastor, seja como for, das vossas ovelhas.

Ensinai a mim, vosso servo, ó Senhor, ensinai-me, vo-lo suplico pelo vosso Espírito Santo, como poder servir aos meus irmãos e desgastar-me por eles. Dai-me, ó Senhor, pela vossa graça inefável, saber suportar com paciência as fraquezas deles, saber partilhar com benevolência os sofrimentos deles, e ajudar-lhe com discrição. Na escola do vosso Espírito, possa eu aprender a consolar quem está triste, a fortalecer os pusilânimes, a levantar quem caiu, a ser fraco com os fracos, a indignar-me com quem sofre escândalo, a fazer-me tudo para todos para salvar a todos. Ponde em minha boca palavras verdadeiras, justas e agradáveis, de modo que eles sejam edificados na fé, na esperança e na caridade, na castidade e na humildade, na paciência e na obediência, no fervor do espírito e na intrepidez do coração.

« Confio-os às vossas santas mãos e à vossa terna providência, a fim de que ninguém os arrebathe da vossa mão nem da mão do vosso servo, a quem os confiastes, mas possam perseverar com alegria no santo propósito e, perseverando, obtenham a vida eterna, com o vosso auxílio, ó dulcíssimo Senhor nosso, que viveis e reinais por todos os séculos dos séculos. Amém ».⁸¹

Prece a Maria

31. Ó doce e santa Virgem Maria, ao anúncio do anjo, com a vossa obediência crente e interrogante, vós nos destes o Cristo. Em Caná, mostrastes, com o vosso coração atento, como agir responsabilmente. Não esperastes passivamente pela intervenção do vosso Filho, mas a preparastes, tornando-o consciente das necessidades e tomando, com discreta autoridade, a iniciativa de enviar os servos a Ele.

Ao pé da cruz, a obediência fez de vós a Mãe da Igreja e de todos os que crêem, ao passo que, no Cenáculo, cada discípulo reconheceu em vós a

doce autoridade do amor e do serviço.

Ajudai-nos a compreender que toda verdadeira autoridade na Igreja e na vida consagrada tem seu fundamento em ser dócil à vontade de Deus e que cada um de nós se torna, de fato, autoridade para os outros com a própria vida, vivida em obediência a Deus.

Ó Mãe clemente e piedosa, « Tu que fizeste a vontade do Pai, pronta na obediência », ⁸² torna a nossa vida atenta à Palavra, fiel na sequela de Jesus Senhor e Servo na luz e com a força do Espírito Santo, alegre na comunhão fraterna, generosa na missão, solícita no serviço aos pobres, protegida em direção ao dia em que a obediência da fé desaguar na festa do Amor sem fim.

No dia 5 de maio de 2008, o Santo Padre aprovou a presente Instrução da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica e ordenou sua publicação.

Roma, 11 de maio de 2008, solenidade de Pentecostes.

Franc Card. Rodé, C.M.
Prefeito

+ Gianfranco A. Gardin, OFM Conv.
Secretário

¹João Paulo II, Exortação Apostólica pós-sinodal *Vita Consecrata* (25 de março de 1996), 1

²Dante Alighieri, *A Divina Comédia, Paraíso*, III, 85.

³Cf. Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Instrução *A vida fraterna em comunidade* (2 de fevereiro de 1994), 5; Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares, Instrução *Elementos essenciais do ensinamento da Igreja sobre a vida religiosa* (31 de maio de 1983), 41.

⁴Cf. *Código de Direito Canônico*, can. 631,§1; *Vita consecrata*, 42.

⁵Cf. João Paulo II, Carta Apostólica *Novo millennio ineunte* (6 de janeiro de 2001), 43-45; *Vita consecrata*, 46, 50.

⁶Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Instrução *Potissimum institutioni* (2 de fevereiro de 1990), particularmente os nn. 15, 24-25, 30-32.

⁷Particularmente os nn. 47-52.

⁸Particularmente os nn. 42-43, 91-92.

⁹Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, Instrução *Partir de Cristo* (19 de maio de 2002), particularmente os nn. 7 e 14.

¹⁰São Bernardo, *De diversis*, 42,3: PL 183,662 B.

¹¹São Bernardo, *De errore Abelardi*, 8, 21: PL 182, 1070 A

¹²Bento XVI, Carta Encíclica *Spe salvi* (30 de novembro de 2007), 43; cf. Concílio Ecumênico de Latrão IV, in DS 806.

¹³«Tu estavas mais dentro de mim do que a minha parte mais íntima»: Santo Agostinho, *Confissões*, III, 6, 11.

¹⁴Bento XVI, *Carta ao Prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as sociedades de Vida Apostólica em ocasião da plenária*, 27 setembro de 2005, in *L'Osservatore Romano*, 30 setembro 2005, p. 5

¹⁵S. Bento, *Regra*, Prólogo, 3. Cf. Ainda Santo Agostinho, *Regra*, 7; São Francisco de Assis, *Regra não bulada*, I, 1; *Regra bulada*, I, 1; cf. *Vida consecrata*, 46

¹⁶*Código de Direito Canônico*, can. 618.

¹⁷Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decreto sobre a renovação da vida religiosa *Perfectae caritatis*, 14; cf. *Código de Direito Canônico*, can. 601

¹⁸Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelica testificatio* (29 de junho de 1971), 29.

¹⁹Cf. *Evangelica testificatio*, 25.

²⁰Santo Inácio de Loyola, *Constituições da Companhia de Jesus*, 84.

²¹Cf. Bento XVI, Exortação Apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis* (22 de fevereiro de 2007), 12.

²²Cf. Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares e Congregação para os Bispos, Critérios diretivos para as relações mútuas entre os Bispos e os Religiosos na Igreja *Mutuae relationes* (14 de maio de 1978), 13.

²³*Perfectae caritatis*, 14.

²⁴Bento XVI, *Homilia na Santa Missa para o início do ministerio* (24 de abril de 2005), in AAS XCVII (2005), p. 709.

²⁵Santo Inácio de Antioquia, *Carta a Policarpo* 4, 1: Funk I, 249.

²⁶Cf. Santo Agostinho, *Enarrationes in Psalmos* 70, I, 2: PL 36, 875

²⁷Cf. *A vida fraterna em comunidade*, 50.

²⁸Bento XVI, *Discurso aos superiores gerais*, 22 de maio de 2006, in *L'Osservatore Romano*, 22-23 de maio de 2006, 5; cf. *Partir de Cristo*, 24-26.

²⁹Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição *Lumen gentium*, 11; *Partir de Cristo*, 26.

³⁰Cf. *Sacramentum caritatis* 8; 37; 81

³¹Cf. *Vita consecrata*, 42.

³²Cf. *Mutuae relationes*, 34-35.

³³Bento XVI, *Homilia Santa Missa do Crisma*, Basílica Vaticana, 20 março 2008.

³⁴*Partir de Cristo*, 32

³⁵Cf. *Código de Direito Canônico*, can. 590, § 2.

³⁶*Vida Consecrata*, 46.

³⁷*Vita consecrata*, 70.

³⁸Cf. *A vida fraterna em comunidade*, 32.

³⁹Cf. *Código do Direito Canônico*, cann. 617-619.

⁴⁰*Código do Direito Canônico*, can. 618.

⁴¹*Código do Direito Canônico*, can. 618.

⁴²*Código do Direito Canônico*, can. 601.

⁴³*Código do Direito Canônico*, can. 619.

⁴⁴Portanto a comunidade religiosa tem a pretensão de coseguir manifestar o primado do amor de Deus, que é o próprio fim da vida consagrada, e portanto o seu primeiro dever e o primeiro apostolado de cada membro da

comunidade. Cf. *Código do Direito Canônico*, cann. 573; 607; 663, § 1; 673.

⁴⁵*Código do Direito Canônico*, can. 619.

⁴⁶Cf. *Código de Direito Canônico*, cann. 619; 602; 618

⁴⁷Cf. *Perfectae caritatis*, 14.

⁴⁸*Vita consecrata*, 92.

⁴⁹Cf. *Sacramentum caritatis*, 15

⁵⁰Cf. *Vita consecrata*, 42.

⁵¹*A vida fraterna em comunidade*, 51.

⁵²Cf. *Perfectae caritatis*, 14.

⁵³São Bento, *Regra 3*, 1.3.

⁵⁴Cf. *Vita consecrata*, 43; *A vida fraterna em comunidade*, 50c; *Partir de Cristo*, 14.

⁵⁵ *A vida fraterna em comunidade*, 32.

⁵⁶*Vita consecrata*, 92.

⁵⁷Cf. *Vita consecrata*, 43.

⁵⁸São Bento, *Regra 71*, 1-2.

⁵⁹São Bento, *Regra 72*, 4-7.

⁶⁰São Basílio, *As regras mais breves*, 115: PG 31, 1161.

⁶¹São Bernardo, *De consideratione*, II, XI, 20: PL 182, 754D

⁶²Santa Clara de Assis, *Testamento*, 61-62.

⁶³João Paulo II à Plenária da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica (20 de novembro de 1992), in *L'Osservatore Romano*, 21 de novembro de 1992, 3; cf. *A vida fraterna em comunidade*, 54; 71.

⁶⁴*A vida fraterna em comunidade*, 54.

⁶⁵Santo Inácio de Loyola, *Exercícios espirituais*, 95,4-5.

⁶⁶*Vita consecrata*, 92.

⁶⁷Cf. *Vita consecrata*, 43.

⁶⁸Cf. *A vida fraterna em comunidade*, 50.

⁶⁹Cf. *A vida fraterna em comunidade*, 59.

⁷⁰São Francisco de Assis, *Carta a um Ministro*, 7-10.

⁷¹Cf. João Paulo II, Carta Encíclica *Dives in misericordia* (30 de novembro de 1980), 6.

⁷²*Vita consecrata*, 55; cf. *Partir de Cristo*, 31.

⁷³*A vida fraterna em comunidade*, 70.

⁷⁴São Bento, *Regra* 68, 1-5.

⁷⁵São Francisco de Assis, *Admoestação III*, 5-6.

⁷⁶São Francisco de Assis, *Ammonizione III*, 9.

⁷⁷Cf. Paulo VI, *Evangelica testificatio*, 28-29.

⁷⁸João Paulo II, Carta Encíclica *Veritatis splendor* (6 de agosto de 1993), 64.

⁷⁹*Veritatis splendor*, 64.

⁸⁰*Evangelica testificatio*, 28.

⁸¹Elredo de Rievaulx, *Oratio pastoralis*, 1; 7; 10, in CC CM I, 757-763

⁸²*Vita consecrata*, 112

ÍNDICE

Introdução

1. A vida consagrada testemunha da busca de Deus
2. Um caminho de libertação.

3. Destinatário, objetivo e limites do documento.

PRIMEIRA PARTE

CONSAGRAÇÃO E BUSCA DA VONTADE DE DEUS

4. A quem buscamos?
5. A obediência como escuta.
6. « Ouve, Israel » (Dt 6,4).
7. A obediência à Palavra de Deus.
8. No seguimento de Jesus, o Filho obediente ao Pai.
9. Obedientes a Deus através de mediações humanas.
10. Aprender a obediência no cotidiano
11. Na luz e na força do Espírito.
12. Autoridade a serviço da obediência à vontade de Deus.
13. Algumas prioridades no serviço da autoridade.

- a) *Na vida consagrada, a autoridade é, antes de tudo, uma autoridade espiritual*
- b) *A autoridade é chamada a garantir à sua comunidade o tempo e a qualidade da oração*
- c) *A autoridade é chamada a promover a dignidade da pessoa.*

- d) *A autoridade é chamada a infundir coragem e esperança nas dificuldades.*
- e) *A autoridade é chamada a manter vivo o carisma da própria família religiosa*
- f) *A autoridade é chamada a manter vivo o “sentire cum Ecclesia”.*
- g) *A autoridade é chamada a acompanhar o caminho de formação permanente*

14. O serviço da autoridade à luz da normativa eclesial.
15. Em missão com a liberdade dos filhos de Deus.

SEGUNDA PARTE

O SERVIÇO DA AUTORIDADE E DA OBEDIÊNCIA NA VIDA FRATERNA

16. O mandamento novo
17. A autoridade a serviço da comunidade, a comunidade a serviço do Reino
18. Dóceis ao Espírito que conduz à unidade
19. Para uma espiritualidade de comunhão e uma santidade comunitária
20. O papel da autoridade para o crescimento da fraternidade.

- a) *O serviço da escuta.*
- b) *A criação de um clima favorável ao diálogo, à partilha e à corresponsabilidade*
- c) *A solicitação da contribuição de todos com as coisas que*

são de todos.

- d) *A serviço de cada um e da comunidade.*
- e) *O discernimento comunitário.*
- f) *Discernimento, autoridade e obediência.*
- g) *A obediência fraterna*

21. « Quem quiser ser o primo entre vós, seja vosso servo » (Mt 20,27)

22. A vida fraterna como missão.

TERÇA PARTE

EM MISSÃO

23. Em missão com todo o próprio ser, como Jesus, o Senhor

24. Em missão para servir.

25. Autoridade e missão.

- a) *Encoraja a assumir responsabilidades e as respeita quando assumidas.*
- b) *Convida a enfrentar as diferenças em espírito de comunhão.*
- c) *Mantém o equilíbrio entre as várias dimensões da vida consagrada.*
- d) *Tem um coração misericordioso.*
- e) *Tem o sentido da justiça.*
- f) *Promove a colaboração com os leigos.*

26. As obediências difíceis

27. Obediência e objeção de consciência.

28. A difícil autoridade.

29. Obedientes até o fim.

30. Uma prece da autoridade.

31. Prece a Maria.